

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXX**

Processo nº: XXXXXXXXXXXXX

Agravante: XXXXXXXXXXXXX

Agravados: XXXXXXXXXXXXX

ACADEMIA ESPORTIVA XXXXXX e FULANO DE TAL,
devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, com o
devido respeito e acatamento, ante a ilustrada presença de
Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA
DO XXXXXX, no exercício da Curadoria Especial, com fulcro no
art. 1.042, §2º, do Código de Processo Civil, apresentar

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

interposto contra decisão do E. TJXXXX que inadmitiu Recurso Especial, fazendo-o
mediante as razões que passará a expor.

XXXXXXXXXXXXXX
Defensor Público

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

Processo nº: XXXXXXXXXXXXX

Agravante: XXXXXXXXXXXXX

Agravados: XXXXXXXXXXXXXXXXX

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Colenda Turma,

Eméritos

Julgadores,

I - SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do XXXXXXXXXXXXX.

Nas razões do Recurso Especial, o agravante sustentou violação ao artigo 9º, *caput*, da Lei nº 11.419/2006 e ao artigo 270, *caput*, do Código Processual Civil.

Defende que seu recurso de apelação era tempestivo, já que seu prazo recursal deveria ter como termo inicial a intimação via Diário de Justiça Eletrônico - DJE.

O TJXXX, por sua vez, entendeu que a apelação era intempestiva. Posteriormente, negou seguimento ao REsp manejado pelo apelante. Para tanto, concluiu que a intimação eletrônica prevaleceria

sobre a publicação no DJE, nos termos da jurisprudência do STJ.

Insatisfeito com a decisão prolatada pelo Des. Presidente do Tribunal de Justiça do XXXXXXXX, o agravante interpôs o presente agravo, pugnando pela reforma da referida decisão e prosseguimento do Recurso Especial, o que não merece acolhimento pelas razões a seguir expostas.

II- DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA

Inicialmente, ressalta-se que a análise da tempestividade da apelação passa pela fixação do seu marco inicial de maneira que: a) se considerada a intimação via DJE, a apelação será tempestiva; b) se considerada a intimação eletrônica, a apelação será intempestiva.

O recorrente entende que a intimação via DJE deveria prevalecer. Trouxe alguns julgados do STJ nesse sentido e apontou para a existência de dissídio jurisprudencial sobre o tema.

Contudo, **embora essa divergência outrora já tenha se instaurado no âmbito do STJ, a situação já foi pacificada pela Corte Especial** em sede de julgamento de Embargos de Divergência. Vejamos:

DIREITO PROCESSUAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. DUPLICIDADE DE INTIMAÇÕES: PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO E POR PORTAL ELETRÔNICO (LEI 11.419/2006, ARTS. 4º E 5º). **PREVALÊNCIA DA INTIMAÇÃO PELO PORTAL ELETRÔNICO.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A Lei 11.419/2006 - Lei do Processo Judicial Eletrônico - prevê dois tipos de intimações criados para atender à evolução do sistema de informatização dos processos judiciais. **A primeira intimação, tratada no art. 4º, de caráter geral, é realizada por publicação no Diário da Justiça Eletrônico; e a segunda, referida no art. 5º, de índole especial, é feita pelo Portal Eletrônico, no qual os advogados previamente se cadastram nos sistemas eletrônicos dos Tribunais para receber a comunicação dos atos processuais.** 2. Embora não haja antinomia entre as duas formas de intimação previstas na Lei, ambas aptas a ensejar a válida intimação das partes e de seus advogados, não se pode perder de vista que, caso aconteçam em duplicidade e

em diferentes datas, deve ser garantida aos intimados a previsibilidade e segurança objetivas acerca de qual delas deve prevalecer, evitando-se confusão e incerteza na contagem dos prazos processuais peremptórios. 3. **Assim, há de prevalecer a intimação prevista no art. 5º da Lei do Processo Eletrônico, à qual o § 6º do art. 5º atribui status de intimação pessoal, por ser forma especial sobre a genérica, privilegiando-se a boa-fé processual e a confiança dos operadores jurídicos nos sistemas informatizados de processo eletrônico**, bem como garantindo-se a credibilidade e eficiência desses sistemas. Caso preponderasse a intimação por forma geral sobre a de feição especial, quando aquela fosse primeiramente publicada, é evidente que o advogado cadastrado perderia o prazo para falar nos autos ou praticar o ato, pois, confiando no sistema, aguardaria aquela intimação específica posterior. 4. Embargos de divergência conhecidos e providos, afastando-se a intempestividade do recurso especial. (STJ. Corte Especial. EAREsp 1.663.952-RJ, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 19/05/2021). *Grifos nossos*.

Nesse contexto, é forçoso concluir que o argumento alusivo à controvérsia jurisprudencial não merece prosperar, uma vez que a questão foi pacificada recentemente pelo STJ, o qual concluiu pela prevalência da intimação pelo Portal Eletrônico em detrimento da feita pelo DJE.

Assim sendo, tem-se que a admissão do aludido Recurso Especial encontra óbice no **enunciado de súmula de nº 83 do STJ: “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.”**

Ademais, não há que se falar em violação ao **art. 9º, caput, da Lei nº 11.419/2006**, pois este apenas **preceitua que, no processo eletrônico, todas as intimações serão feitas por meio eletrônico**. E, de fato, **o apelante foi intimado da sentença por meio eletrônico**. Logo, o referido dispositivo legal foi respeitado.

Além disso, descabe cogitar violação ao **artigo 270**,

